



REPÚBLICA DE CABO VERDE

(Publicado no BO n.º 12, III Série de 1 de Abril de 2005)

CONTRATO ESPECÍFICO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS PARA REUTILIZAÇÃO ENTRE O ESTADO DE CABO VERDE E A ELECTRA, SARL

Ao abrigo do disposto na cláusula 8ª do Contrato Geral de Concessão de Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica e Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para Reutilização, é celebrado entre o Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministro das Finanças e Planeamento, Dr. Carlos Augusto Duarte de Burgo, seguidamente designado por CONCEDENTE, e a Empresa de Electricidade e Água, ELECTRA, SARL, Sociedade Comercial com sede social em Mindelo, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Eugénio Anacoreta Correia, seguidamente designada por CONCESSIONÁRIA, o Contrato Específico de Concessão de Transporte e Distribuição de Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para Reutilização, nos termos das cláusulas seguintes:

CAPITULO I Finalidade do Contrato

Cláusula 1ª (Finalidade Específica do Contrato)

1. O presente contrato tem por finalidade regular, em especial, a concessão de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização nos termos da cláusula 1ª, das alíneas d) a g) do n.º 1 e do n.º 3 da cláusula 3ª, ambas do Contrato Geral, e as condições do seu fornecimento aos consumidores residentes nas áreas abrangidas pela Concessão, sem prejuízo do disposto na lei e nos regulamentos.
2. O presente contrato visa assegurar na íntegra o desenvolvimento, a operação e a gestão dos sistemas referidos no nº 2 da cláusula 5ª sintetizados na designação: redes de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais.

CAPITULO II Âmbito específico da Concessão

Cláusula 2ª (Actividade de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais)

1. A actividade concedida do serviço público, em regime de exclusividade, de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais será exercida pela Concessionária, nas áreas abrangidas pela Concessão, nos termos do disposto no Contrato Geral.
2. A Concessionária poderá fornecer aos consumidores os serviços objecto deste Contrato fora das áreas da Concessão, desde que seja titular de uma autorização ou licença para o efeito, emitida nos termos da lei pelo Governo de Cabo Verde.

Cláusula 3ª

(Desenvolvimento e operação das redes de transporte e distribuição de água e de recolha de águas residuais)

A concessão do serviço público de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais, em regime de exclusividade, confere à Concessionária o direito de gerir, construir, expandir, modificar, manter e operar as redes de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais e demais instalações que lhe estão afectas nas áreas da Concessão, previstas no Contrato Geral.

Cláusula 4ª

(Utilização de vias públicas)

1. Dentro das áreas da Concessão, a Concessionária terá o direito de utilizar as vias públicas, bem como os subsolos, para o estabelecimento e conservação de estações de tratamento, armazenamento, canalizações e demais instalações específicas com a finalidade de prover o fornecimento de água e a recolha e tratamento de águas residuais.
2. A Concessionária solicitará autorização às Câmaras Municipais para a realização de obras a efectuar na via pública, com uma antecedência de 30 dias, salvo as resultantes de ocorrência de avarias ou outros casos de força maior, que deverão ser comunicadas no mais curto espaço de tempo possível.
3. A Concessionária procederá à reposição do pavimento no prazo acordado com a respectiva Câmara Municipal e de acordo com as instruções que a mesma eventualmente proceder.
4. Se a Concessionária não proceder à reposição do pavimento no prazo acordado, a Câmara Municipal poderá executar os trabalhos necessários, facturando os respectivos encargos à Concessionária.
5. Quando as Câmaras Municipais, para executarem trabalhos de nivelamento, modificação de traçados ou reconstrução de ruas ou qualquer espécie de serviços de interesse público geral, tiverem necessidade de que sejam deslocadas quaisquer canalizações afectas à Concessão, ouvirão previamente a Concessionária, a qual executará os trabalhos sem direito a comparticipação. A Concessionária deverá ser prevenida com a antecedência mínima de 60 dias, correndo por conta da respectiva Câmara apenas a reposição dos pavimentos.
6. Exceptuam-se do disposto no número 5 desta cláusula os trabalhos que possam resultar da interferência de obras de grande dimensão não previstas aquando do estabelecimento das redes, tais como portos, aeroportos, pontes, viadutos, vias rápidas e equipamentos ou edifícios públicos de grande envergadura. Nestes casos, a repartição dos encargos entre a Concessionária e as Câmaras Municipais ou outras entidades públicas far-se-á por acordo prévio.
7. As Câmaras Municipais ouvirão a Concessionária sempre que prevejam a realização de obras de que possam resultar trabalhos de deslocação de Instalações.
8. O disposto nos números anteriores aplica-se sem prejuízo do que estiver estabelecido em lei, regulamentos, posturas municipais ou acordos celebrados com as Câmaras Municipais.

Cláusula 5ª

(Bens afectos à Concessão)

1. Fazem parte integrante da Concessão os seguintes bens:
 - a) Infra-estruturas compreendendo os locais de captação das águas de superfície e das águas subterrâneas, incluindo o equipamento e as instalações necessárias para essa captação;
 - b) Infra-estruturas destinadas ao tratamento e à desinfecção da água, compreendendo as estruturas e o equipamento que permitam o fornecimento de água de boa qualidade ao consumidor;
 - c) Rede de fornecimento de água a qual inclui os reservatórios, a rede de transporte de água e a rede urbana de distribuição de água;
 - d) Ligação de fornecimento de água ao consumidor, incluindo os ramais de fornecimento de água que ligam a rede urbana de distribuição e os contadores de água;
 - e) Colector principal, o canal principal que é responsável pela recolha das águas residuais desde os clientes e vias públicas até às infra-estruturas de tratamento de água residual;
 - f) Ramal de águas residuais, a ligação das águas residuais do cliente ao sistema urbano de recolha das mesmas;

g) Infra-estruturas de águas residuais, compreendendo as estruturas destinadas, em separado ou em conjunto, ao tratamento físico, biológico ou químico das águas residuais, de acordo com a legislação aplicável;

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, integram a Concessão todas as instalações e equipamentos afectos ao integral funcionamento do:

a) Sistema de águas residuais, compreendendo o complexo de infra-estruturas hidro-técnicas que abrangem os colectores, os tubos maiores, os canais fechados urbanos, as estações de bombeamento e as instalações destinadas ao tratamento de águas residuais, tendo em vista a reutilização;

b) Sistema de abastecimento de água que corresponde ao conjunto de infra-estruturas hidro-técnicas referidas na alínea a) do número 1 desta Cláusula e ainda os equipamentos destinados ao tratamento e à desinfecção da água e as instalações de distribuição de água formando uma unidade com um sistema único operacional e de gestão.

3. Os bens referidos nos números 1 e 2 precedentes que tenham sido entregues pelo Concedente à Concessionária para esta operar, manter e renovar, são designados por bens postos em concessão pelo Concedente.

4. Os bens postos em concessão custeados pela Concessionária em cumprimento das obrigações emergentes da Concessão são designados por bens postos em concessão pela Concessionária.

Cláusula 6ª

(Transferência de património para a Concessionária)

1. Todos os bens postos em concessão pelo Concedente até 31 de Dezembro de 2001 e constantes dos inventários referidos na Cláusula 9ª do Contrato Geral, devidamente descritos e valorados, serão objecto de auto de entrega assinado pelo Concedente e pela Concessionária.

2. Os bens postos em concessão pelo Concedente a partir de 1 de Janeiro 2002, devidamente descritos e valorados, serão igualmente objecto de auto de entrega assinado pelo Concedente e pela Concessionária.

3. As Instalações construídas e custeadas directamente ou participadas por clientes ou por promotores públicos ou privados, devidamente descritas e valoradas, serão objecto de auto de entrega assinado pelo Concedente e pela Concessionária e passarão a constituir parte integrante da Concessão a partir da data da sua recepção, tendo um tratamento idêntico aos dos bens postos em concessão pelo Concedente.

4. As Instalações construídas com apoios de financiamentos bonificados ou donativos ao Estado de Cabo Verde, por entidades ligadas à cooperação bilateral ou multilateral, quando retrocedidos pelo Governo à Concessionária mediante o pagamento por esta de juros e do reembolso de capital, constituem bens postos em concessão pela Concessionária.

5. A integração no património da Concessionária dos activos referidos no número anterior é feito mediante auto de entrega devidamente valorado, passando a constituir parte integrante da Concessão à data da sua recepção.

CAPÍTULO III

Obrigações da Concessionária

Cláusula 7ª

(Condições técnicas das redes de transporte e distribuição)

A Concessionária obriga-se ao cumprimento das condições técnicas de exploração das redes de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais, bem como das condições técnicas de ligação das outras entidades ligadas às redes, inscritas nos regulamentos da especialidade.

Cláusula 8ª

(Relações comerciais)

A Concessionária obriga-se ao cumprimento das disposições inscritas nos regulamentos da especialidade que regulem o relacionamento comercial da Concessionária, designadamente com clientes, promotores de infraestruturas habitacionais, industriais ou turísticas ou comerciais.

Cláusula 9ª

(Qualidade de Serviço)

A Concessionária obriga-se a prestar um serviço, na área da concessão, de acordo com os padrões e níveis de qualidade inscritos nos regulamentos da especialidade.

Cláusula 10ª

(Extensão e Reforço das Redes)

1. Em cumprimento dos Planos de Desenvolvimento previstos na cláusula 13ª do Contrato Geral, a Concessionária garante realizar trabalhos de extensão e/ou reforço das redes de distribuição de água e de recolha de águas residuais, de modo a satisfazer a procura ou o aumento da procura de água por parte dos consumidores.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Concessionária obriga-se, no mínimo, a implementar até 2005 um programa de cobertura do serviço de acordo com o previsto no Plano de Expansão das Redes.
3. Para efeitos do disposto nesta cláusula, a Concessionária deverá solicitar aos Municípios e/ou aos organismos da Administração Central do Estado que lhe sejam fornecidos directamente, com a possível antecedência, quaisquer planos de desenvolvimento de âmbito nacional ou concelhio, nomeadamente no que respeita à fixação de indústrias, à expansão urbanística ou a outras actividades para as quais seja necessário o estabelecimento ou o reforço, em tempo útil, das infra-estruturas afectas aos Sistemas de Água para consumo humano e de águas residuais.
4. A Concessionária compromete-se a assegurar o estabelecimento de contactos entre os seus técnicos ou representantes e os técnicos ou representantes das Câmaras Municipais, com vista à análise e acompanhamento da execução dos respectivos planos de actividade e de desenvolvimento urbanístico e dos aspectos referentes à exploração dos serviços concessionados.

Cláusula 11ª

(Serviços prestados pela Concessionária)

1. A Concessionária fica obrigada ao fornecimento permanente e constante de água potável, assegurando uma pressão adequada na rede, sendo igualmente responsável pela recolha e tratamento das águas residuais para reutilização, nos termos deste Contrato, do Contrato Geral, da lei e dos regulamentos aplicáveis.
2. A Concessionária é responsável pelas infra-estruturas de distribuição de água e de recolha e tratamento das águas residuais, nomeadamente quanto:
 - a) Ao funcionamento adequado;
 - b) À gestão eficiente do serviço;
 - c) À cobrança efectiva das taxas e das demais despesas devidas pela prestação dos serviços.

Cláusula 12ª

(Obras a realizar)

Para efeitos do presente Contrato, as obras a realizar pela Concessionária no domínio da cobertura da Concessão consideram-se divididas em:

- a) Obras de Abastecimento ou de Recolha a Novas Zonas Urbanizadas, destinadas ao abastecimento de água para o consumo humano e à recolha de águas residuais por iniciativa de Entidades Públicas ou Privadas;
- b) Obras de Expansão das Redes de Abastecimento e de Recolha, destinadas ao fornecimento dos serviços inerentes à Concessão em instalações surgidas com o desenvolvimento dos aglomerados populacionais e às resultantes da recuperação de zonas degradadas e ou de construções clandestinas anteriores ao presente Contrato.

Cláusula 13ª

(Estabelecimento das redes de água em Novas Zonas Urbanizadas)

1. Sempre que o crescimento de qualquer aglomerado populacional já servido por redes de abastecimento de água e de recolha de águas residuais se faça pelo aparecimento de Novas Zonas Urbanizadas (Loteamentos e Urbanizações para exploração imobiliária, industrial ou turística) que, pelo seu afastamento da rede existente, exijam a instalação de novas redes, os custos destas ficam a cargo do Promotor.

2. Quando a construção das Novas Zonas Urbanizadas, referidas no número anterior, for feita gradualmente, a Concessionária, mediante acordo prévio, poderá autorizar o Promotor a proceder a um estabelecimento escalonado das obras a seu cargo, nos termos que vierem a ser estabelecidos nos regulamentos da especialidade.

3. Quando o empreendimento for de carácter social e a entidade promotora seja uma entidade pública, a repartição dos encargos será acordada entre a Concessionária e a entidade promotora

Cláusula 14ª

(Obras de expansão das redes de distribuição existentes)

As redes de abastecimento de água e de recolha de águas residuais acompanharão o desenvolvimento dos aglomerados populacionais na medida em que estas se forem alargando numa regular sequência de edifícios, devendo os respectivos traçados em zonas não consolidadas ser objecto de acordo entre a Concessionária e as Câmaras Municipais.

Cláusula 15ª

(Encargos por trabalhos nas redes e outras instalações abrangidas pela Concessão)

1. Competem à Concessionária, e constituem seu encargo, todos os trabalhos de conservação, reparação, remodelação e reforço das redes e outras instalações abrangidas pela Concessão, por forma a serem convenientemente satisfeitas as necessidades de consumo de água e de recolha e tratamento de águas residuais.

2. As modificações das redes solicitadas pelas Câmaras Municipais ou por outras entidades promotoras de obras públicas ou privadas terão tratamento idêntico ao previsto nos números 5 e 6 da cláusula 4ª do presente Contrato.

CAPITULO IV

Remuneração dos Serviços da Concessionária

Cláusula 16ª

(Tarifas, Taxas e Comparticipações)

1. A remuneração dos serviços prestados pela concessionária terá as seguintes formas:

- a) Tarifas;
- b) Taxas
- c) Comparticipações.

2. A Concessionária praticará as tarifas de venda de água para o consumo humano, de recolha de águas residuais e de venda de águas residuais tratadas, fixadas em conformidade com o disposto na cláusula 20ª do Contrato Geral e na legislação em vigor.

3. A Concessionária praticará as taxas e exigirá as comparticipações que forem estabelecidas nos regulamentos da especialidade.

4. Até à entrada em vigor de novo tarifário e de novas taxas e comparticipações aprovados em regulamentos da especialidade, manter-se-ão vigentes os actualmente praticados pela Concessionária.

CAPITULO V

Condições Gerais de Fornecimento de Água e de Recolha de Águas Residuais

Cláusula 17ª

(Permanência e continuidade do fornecimento)

O fornecimento de água e de recolha de águas residuais é permanente e contínuo, ressalvadas as interrupções impostas por razões de serviço, as ocasionadas por caso fortuito ou de força maior, as decorrentes de acordo prévio e ainda as resultantes de actos imputáveis ao consumidor ou a terceiros.

Cláusula 18ª

(Interrupção do fornecimento por razões de serviço)

1. A Concessionária poderá proceder à interrupção do fornecimento de água no âmbito de programas de restrições de consumo oficialmente aprovados ou esquemas de rotação na distribuição por sector.

2. A Concessionária poderá, por motivo de trabalhos de ligação, ampliação ou conservação das instalações, interromper o fornecimento nos termos e condições previstos em regulamentos da especialidade.

3. A Concessionária poderá, no entanto, interromper o fornecimento dos serviços objecto da Concessão fora dos casos previstos nos números anteriores, para execução de trabalhos inadiáveis impostos por motivos de segurança ou avarias eminentes.

4. A interrupção do fornecimento deverá ser anunciada aos consumidores, através de avisos radiofónicos ou anúncios publicados em jornais de maior circulação, com uma antecedência não inferior a 36 horas, sempre que possível, a fim de permitir que sejam tomadas as providências convenientes para se evitar ou reduzir os prejuízos.

Cláusula 19^a

(Interrupção do fornecimento de água e de recolha de águas residuais por razões imputáveis ao consumidor)

1. A Concessionária poderá interromper o fornecimento de água, nos termos da lei, designadamente sempre que se verifique qualquer dos seguintes factos imputáveis ao consumidor:

- a) Não pagamento da factura mensal de água e águas residuais consumidas;
- b) Incumprimento das disposições ou indicações que visem a eliminação de qualquer tipo de perturbação na exploração da rede de distribuição ou noutras instalações, bem como das respeitantes à segurança de pessoas e bens;
- c) Impossibilidade, durante um período contínuo de quatro (4) meses, de leitura dos contadores com a regularidade previamente estabelecida;
- d) Oposição sistemática à realização de vistorias às instalações de utilização, no período entre as 9 e as 18 horas;
- e) Fornecimento de água a terceiros a partir das instalações de sua utilização;
- f) Consumo fraudulento de água, bem como a violação ou viciação dos aparelhos de medida ou de protecção.
- g) Em caso de descarga para o sistema de saneamento de substâncias sólidas explosivas e/ou inflamáveis, químicas, infecciosas, outras substâncias perigosas ou tóxicas e, genericamente, todas as outras substâncias não autorizadas por lei.

2. A interrupção do fornecimento não isenta o consumidor de responsabilidade civil ou criminal.

Cláusula 20^a

(Legislação específica)

O disposto nas cláusulas 17^a a 19^a é aplicável até à entrada em vigor de legislação específica que regule as Condições Gerais de Fornecimento de Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais.

CAPITULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Cláusula 21^a

(Protecção do ambiente)

No exercício da actividade de transporte e de distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais, a Concessionária compromete-se:

- a) A observar as disposições legais aplicáveis, bem como as instruções das autoridades competentes destinadas a minimizar os impactes ambientais;
- b) A cumprir as disposições legais relativas à diminuição da poluição, designadamente, quanto a ruídos, produção e deposição de lixo;
- c) A recuperar ou reparar os danos causados nos locais, terrenos e acessos com a instalação das redes de transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais.

Cláusula 22^a

(Outras Obrigações da Concessionária)

Para efeitos de cumprimento do objecto e âmbito deste Contrato e do respectivo acompanhamento e verificação pelo Concedente e pela ER, a Concessionária obriga-se ainda ao cumprimento do estabelecido nos Convénios que forem sendo sucessivamente acordados entre o Concedente e Concessionária tal como previsto no Contrato Geral ou nos outros acordos que vierem a ser estabelecidos entre o Concedente e a Concessionária.

Cláusula 23^a
(Casos omissos)

Em todas as matérias que não estejam especificamente contempladas no presente Contrato, aplicar-se-ão as disposições do Contrato Geral, da legislação aplicável ou as regras praticadas à data do início da Concessão até ao estabelecimento da regulamentação adequada.

Cláusula 24^a
(Modificações)

Quaisquer modificações ao presente Contrato deverão ser efectuadas por acordo escrito celebrado entre o Concedente e a Concessionária.

Feito e assinado na cidade da Praia, ao 24 de Maio de 2002. Pelo Estado de Cabo Verde , o Ministro das Finanças e Planeamento, *Carlos Augusto Duarte de Burgo*, e pela ELECTRA, SARL, Eng.º, Eugénio Anacoreta Correia.